

# **AS NOVAS CIDADANIAS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO**

MADALENA MENDES<sup>1</sup>

Mestre em Ciências da Educação - Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas

Investigadora do Centro de Estudos Observatório de Políticas de Educação e Contextos Educativos –  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

---

<sup>1</sup> Contacto: [madalena.mendes@netcabo.pt](mailto:madalena.mendes@netcabo.pt)

## RESUMO

Neste artigo, intitulado “As Novas Cidadanias no contexto da Globalização”, a autora, a partir do carácter dinâmico, multifacetado e polissémico do conceito cidadania, reflecte sobre o processo de construção histórica e social da cidadania nos novos contextos da globalização.

Tradicionalmente associada à qualidade de membro de uma comunidade política, a cidadania percorreu um longo caminho que a autonomizou progressivamente da mera participação na esfera pública (Habermas, 1993) assumindo contornos cada vez mais alargados e abrangentes.

Claramente distanciada do espartilho jurídico da nacionalidade e das fronteiras do Estado-Nação, a cidadania emancipa-se de uma concepção estática de cariz eminentemente estatutária, para assumir cada vez maior flexibilidade e dinamismo ante os novos desafios colocados às democracias contemporâneas sendo frequentemente invocada como a trave-mestra de um novo contrato social, capaz de reinstalar a inclusão e de reconciliar democraticamente o económico, o social e o político, o local e o global.

Nos contextos da globalização, é realçado o carácter *lato sensu* da cidadania e a sua importância no aprofundamento e construção das democracias participativas e poliárquicas. Num contexto plasmado por novas cidadanias e apologista de uma cidadania expansiva *lato sensu* configura-se, em simultâneo, a emergência de uma concepção de cidadão como consumidor de uma cidadania sem rosto e altamente regulada.

A uma visão consumista, murada e cooptada de cidadania, a autora propõe a abertura a uma política cosmopolita, ao diálogo inter-transcultural, à hermenêutica dialógica e diatópica, à mobilização e empowerment das subjectividades individuais e colectivas; à reinvenção dos espaços local, regional e global enquanto pressupostos e possibilidades indispensáveis e urgentes na construção da democracia expansiva e participativa.

**Au delà du relativisme et de l'historicité de la citoyenneté, au delà des parcours nationaux particulières, au delà des configurations mouvants de l'état social propre au société civile ou se déploie la citoyenneté moderne, se développe une même interrogation, une même tension, un même processus, et nous irions jusqu'à dire, une même promesse, qui font qu'effectivement l'affirmation et la pratique de la citoyenneté dirigent le vivre-ensemble vers une activité démocratique.**

**- Joseph-Yvon Thériault (1999, p.13)**

## 1. Cidadania: conceito multifacetado e polissémico

Realidade complexa dotada de um carácter dinâmico, multifacetado e polissémico, nem sempre de fácil definição, porque conceito ambíguo, equívoco e mole (e.g., Deloy, 1994; Torres, 1998; Bîrzea, 2000; Romão, 2000), o termo cidadania tem sido objecto de apropriação com sentido e alcance diferenciados.

As variações das tradições e conceitos de cidadania apelam necessariamente à importância da sua contextualização sociológica e histórica. Na verdade, conforme Deloy (1994) enfatiza, “l’idée de citoyenneté a un sens parfois incertain, souvent normatif, toujours historique” (p. 17). Torres (1998), num estudo sobre as teorias da cidadania, reconhece precisamente o facto de que “yet it would be grossly misleading to consider that citizenship has a unitary character or a set of features that remain historically static” (pp.102-103).

Tradicionalmente associada à qualidade de membro de uma comunidade política, a cidadania percorreu um longo caminho que a autonomizou progressivamente da mera participação na esfera pública (Habermas, 1993) assumindo contornos cada vez mais alargados e abrangentes.

Para além de todas as controvérsias e divergências quanto à explicitação e apropriação dos seus significados, importa, no entanto, salientar que a cidadania se construiu no registo e na intersecção com os princípios fundadores das democracias<sup>2</sup>, quer os busquemos na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma) quer no advento do projecto da modernidade. Mas são sobretudo os arautos da liberdade, da igualdade e da fraternidade forjados nas revoluções Americana de 1776 e Francesa de 1789 que acoplam ao conceito novos significados. Não podemos entender a riqueza sintáctico-semântica da cidadania, enquanto projecto pedagógico, político e social sem atendermos ao seu processo de entrosamento com realidades tão complexas como Estado-Nação, capitalismo e mercado e, sem apreender as múltiplas configurações e re-configurações assumidas ao longo do trajecto da modernidade até à actualidade (*Aktualität*), nos novos contextos da globalização.

---

<sup>2</sup> Etimologicamente, democracia deriva da junção dos vocábulos *demos* (=povo) + *cratos* (=poder) e está associada aos princípios da soberania popular e da igualdade dos cidadãos perante a lei. Bobbio (1988) define, através de um jogo de palavras, a democracia como o governo em público do poder público.

## 2. A cidadania na era da globalização

As profundas transformações societárias<sup>3</sup>, ocorridas nas últimas décadas decorrentes dos fenómenos da mundialização e da globalização, imprimem à face tradicional da cidadania novos e emergentes re-significados e re-configurações.

A partir da década de 80, mudanças significativas como as privatizações, a desregulamentação dos mercados e a retracção das políticas sociais apresentam-se como manifestações da revitalização social e política do ideário neo-liberal<sup>4</sup> acarretando a hegemonia da lógica do mercado e a consequente crise do Estado.

A falência do Estado-Providência patenteia-se na incapacidade em fazer face às demandas sociais relacionadas com a redistribuição do rendimento ou riqueza através da devolução à sociedade civil da função providencial que antes era seu privilégio. Fenómenos como o desenvolvimento de terceiros mundos interiores, a marginalidade, o desemprego e o subemprego estruturais têm sofrido um aumento exponencial agravando as desigualdades e os processos de exclusão social. A intensificação dos fluxos migratórios rompe com a homogeneidade étnica, cultural e linguística proposta pelo Estado-Nação, acentuando a diversidade cultural e transformando as actuais sociedades em sociedades multiculturais.

A natureza das instituições modernas - Estado-Nação - não poderia ficar imune a esta combinação complexa de mudanças que, actuando, tanto em extensividade como em intensividade, provoca descontinuidades e rupturas nos planos interno e externo da acção do Estado. A trilogia clássica - território, nação, poder político soberano - está a ser alvo de revogação pelo surgimento de organizações intergovernamentais que desempenham um papel crescente a nível internacional (e.g. OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OMC) e regional (e.g. Comunidade Europeia, Conselho da Europa). O surgimento de comunidades transnacionais é acompanhado de fenómenos de sinal contrário como a fragmentação de muitos países em territórios nacionais. Este processo de perda relativa da centralidade do Estado foi apelidado por Rosenau (1992) de *gouvernance without government*<sup>5</sup> e sintetizado por Bell na expressiva frase: “o Estado está a tornar-se demasiado

---

<sup>3</sup> A propósito do processo de transição paradigmática que as nossas sociedades atravessam, Santos (2000) esclarece: “O paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final. O facto de continuar ainda como paradigma deve-se à sua inércia histórica. Entre as ruínas que se escondem atrás das fachadas, podem pressentir-se os sinais, por enquanto vagos, da emergência de um novo paradigma. Vivemos pois um tempo de transição paradigmática. As nossas sociedades são intervalares como as nossas culturas” (p.16).

<sup>4</sup> Giddens (1997) considera o neoliberalismo como “a expansão indiscriminada de uma sociedade de mercado” (p.8).

<sup>5</sup> Rosenau, J. (Ed.). (1992). *Governance without government order and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

pequeno para os grandes problemas da vida e demasiado grande para os pequenos” (p.93)<sup>6</sup>. Tal circunstância parece fazer emergir, por intermédio do fenómeno da globalização, preocupações com o aparecimento de um governo global e concomitantemente de uma sociedade civil global.

O fenómeno da globalização expresso na crescente interdependência das vertentes económica, política, social e cultural instaura relações inéditas entre a economia, a política e a sociedade através da imposição da homogeneização e standardização da Aldeia global<sup>7</sup>. Torres (2001) regista a abrangência do conceito nos seguintes factores prevalentes sobre os Estados-Nação, sobre o capital doméstico e sobre as culturas locais, regionais e nacionais :

- desnacionalização dos territórios;
- crescente poder e influência das corporações internacionais;
- intervencionismo dos Estados estrangeiros;
- invasão da cultura transnacional.

As interacções globais acarretam mudanças profundas nos panoramas político e económico e no plano social, relações sociais cada vez mais desterritorializadas e individualizadas que estilhaçam o nacionalismo, a língua, as ideologias, os costumes e a tradição.

A tendência para a individualização quebra as coesões enraizadas na tradição, enquanto a emergência e o crescimento das desigualdades, tornando ilegíveis os princípios de igualdade que estruturam as sociedades, põem directamente em causa o contrato social. (Fitoussi e Rosanvallon, 1997, p.142)

O final do século XX é, igualmente, palco do desaparecimento das clivagens dualistas sobre as quais se construiu o projecto da modernidade – socialismo e capitalismo, revolução e reforma - assistindo-se a um discurso em crescendo da necessidade de revalidação e revalorização dos ideais democráticos<sup>8</sup>. Mas se os arautos da democracia se impõem mais do

---

<sup>6</sup> Citado em Waters, M. (1999). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

<sup>7</sup> Santos (2000) considera o global e o local realidades intrínsecamente aliadas e configuradas uma na outra e que não há globalização, mas globalizações. E a propósito da globalização, distingue globalização hegemónica (resultante da acção de grupos e classes sociais dominantes) de globalização contra-hegemónica (resultante da acção de grupos sociais e classes sociais dominados).

E sobre a importância de uma alter-globalização em contraposição à globalização hegemónica, realizaram-se, em Janeiro de 2003, o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e o Fórum Social Português, em Junho de 2003, em Lisboa.

<sup>8</sup> Instituições como o Banco Mundial, cuja acção se tem desenvolvido nas peias do assistencialismo, ao imporem a *political conditionality* aos países devedores, fazem, no entanto, depender a concessão de crédito da natureza democrática do país beneficiário.

que nunca, também não é menos verdade que, nos novos contextos da globalização e do neoliberalismo, são cada vez mais questionados os seus fundamentos.

O sistema de representação política e o modelo de exercício democrático do poder padecem daquilo a que Santos (1994) designa por patologias da modernidade: “a patologia da participação sob a forma do conformismo, do abstencionismo e da apatia cívica, a patologia da representação sob a forma de distância entre eleitores e eleitos, do ensimesmamento dos parlamentares e governamentalização dos parlamentos, etc.” (p.23), de tal modo, se clama como imperativo democratizar a democracia (Lima, 1996; Giddens, 1997; 2000) ou mesmo de promover a sua reinvenção (Santos, 1998).

As democracias e os modelos de exercício democrático do poder apresentam sinais de esvaziamento e de degradação ante a desilusão instalada quanto aos processos democráticos: a perda de confiança nos políticos, o desinteresse e a apatia ante a política. O paradoxo da democracia, consoante lhe chama Giddens (2000), pode ser aquiescido nas dificuldades maiores que as democracias representativas revelam em transitar e em instituir-se como democracias participativas.

E a este propósito, Hespanha (1999) reconhece, precisamente, que “a expectativa de que as desigualdades diminuiriam com a democracia política, com o desenvolvimento económico, com a generalização da educação e com a protecção social pública desvaneceu-se à medida que o reforço destes factores tardava em diminuir essas desigualdades” (p.70) e adverte para o risco do “potencial emancipador da cidadania social” se converter “numa solidariedade sem rosto e altamente regulada” (p.71).

A tensão entre regulação e emancipação apresentam-se hoje, sob novas vestes. À crise da regulação social patenteada na crise do Estado regulador e do Estado-Providência junta-se, em simultâneo, a crise da emancipação social expressa na crise da revolução e do socialismo.

### **3. As novas cidadanias**

Não pode, pois, ignorar-se o quanto a pós-modernidade de Lyotard (1989), ou a modernidade radicalizada<sup>9</sup> de Giddens (1998) ou a nova era de desigualdades<sup>10</sup> de Fitoussi e

---

<sup>9</sup> A pós-modernidade diz respeito ao conjunto de transformações económicas, políticas, sociais, culturais e às dinâmicas e transformações epistemológicas associadas, demarcadoras de uma nova era histórica, que poria fim à modernidade do mundo contemporâneo, surgida com a Revolução Francesa. Mas se para alguns autores, a pós-modernidade representa, uma ruptura paradigmática com a modernidade, para outros representa a continuação de um processo de transformação iniciado mesmo antes da modernidade e ainda para outros, um processo de radicalização das estruturas da modernidade.

Rosanvallon (1997) ou a transição paradigmática de Santos (2000) introduzem novos matizes e novos desafios ao debate actual em matéria de cidadania. Urge, pois, reflectir sobre as novas cidadanias no contraponto com as singulares condições da sua construção e reconstrução e as moles de possibilidades que o cruzamento entre cidadania e democracia despoletam.

Manzini-Covre (1994) advoga no conceito de cidadania três configurações para salientar o facto de que a cidadania se constrói na intersecção entre o individual e o colectivo: cidadania passiva (construída em torno do ter e que apresenta uma natureza meramente passiva e consumista dos indivíduos face ao Estado); cidadania activa (centrada no agir e que traduz a capacidade mobilizadora e reivindicativa dos indivíduos) e a cidadania nova (construída em torno do sentir e das subjectividades<sup>11</sup>).

Carneiro (1997) propõe uma nova cidadania enquanto realidade múltipla e plural que envolve as seguintes dimensões: i) cidadania democrática, alicerçada nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais; ii) cidadania social, baseada nos imperativos da justiça e equidade social; iii) cidadania paritária, assente na igualdade efectiva; iv) cidadania intercultural baseada numa cultura de paz, tolerância e respeito pela diversidade e v) cidadania ambiental alicerçada no desenvolvimento sustentável.

Também Cruz (1998) argumenta a favor de uma cidadania como categoria social e política plurifacetada e polissémica afiliada a um quadro mais vasto e polifónico de instâncias sociais:

Cidadania é pois um conceito polissémico e uma realidade plurifacetada. Cidadania quer dizer liberdade, participação igualitária, solidariedade social, qualidade de vida. Cidadania quer dizer também nacionalismo e patriotismo enquanto pressupôs o Estado-nação e a sua defesa, identificação com a comunidade nacional, com a sua tradição cultural e os seus valores sociais. São esses valores de cidadania, desde a revolução Francesa, valores que não podem encontrar mais satisfação senão num quadro muito variado e pluriforme de instâncias sociais. (p.42)

Por um lado, as Novas Cidadanias deixaram de se identificar com a nacionalidade e as fronteiras do Estado-Nação amplificando-se em espaços de mundialização e planetarização, afastando-se, deste modo, da vinculação estrita a planos unidimensionais. Por outro lado, o

---

<sup>10</sup> Os autores reflectem, nesta obra, sobre as instituições sociais e de solidariedade (crise do Estado-Providência), as relações entre economia e sociedade (crise do trabalho) e as identidades individuais e colectivas (crise do sujeito).

<sup>11</sup> Sobre a subjectividade e o processo biunívoco de construção do sujeito na interacção entre objectividade e subjectividade, ver Neto (1997). Este autor compreende a subjectividade na sua vinculação às transformações sociais e enquanto combinação complexa dos seguintes elementos: território, história, família, ambiente, segmentos sociais, o corpo biológico, a tecnologia, as classes sociais e os meios de comunicação social.



crescente multiculturalismo das sociedades actuais polariza cidadanias múltiplas e compósitas agregadoras de supranacionalismos, plurinacionalismos e pluriculturalismos crescentes.

A União Europeia, enquanto espaço económico, social e político, aglutinador de novas representações e práticas de cidadania, constitui, a este propósito, exemplo paradigmático da nova modernidade, conforme Tschoumy (1995) salienta:

A nova modernidade despir-se-á desta cidadania terrena, e conjugar-se-á no plural, com “S”: “Espaços Europas!”. A inteligência da Europa será esse espaço pluridimensional que se libertará da confiscação da cidadania pelo Estado através da pertença a diversas cidadanias, compostas, pluridimensionais. (p.31-32)

Na esteira do sonho de Jean Monet de constituir os Estados Unidos da Europa, a então Comunidade Económica Europeia, instituída em 1957, pelo Tratado de Roma<sup>12</sup>, tem vindo progressivamente a emancipar-se da pura esfera económica e a alargar o seu âmbito de actuação abrangendo progressivamente a união económica, social e política entre os Estados-membros. Os imperativos resultantes de integração económica com vista à realização de um mercado comum ou mercado único, implicou a definição de um quadro legal de actuação referenciado, em exclusivo, à dimensão económica através da consagração da livre circulação de pessoas, de bens e de capitais. As liberdades e direitos civis e políticos e sociais ficaram fora do âmbito de actuação desta organização tradicionalmente conectada com os princípios da liberdade de concorrência e de troca. Conforme Gonçalves (2001) acentua,

realizou-se assim, na Europa Ocidental, uma separação formal entre duas esferas: a dos direitos civis e políticos, mantidos no quadro da soberania e responsabilidades estatais, sob o controlo, sendo o caso, das instâncias de Estrasburgo, e a do mercado e das liberdades económicas, regulada num quadro essencialmente transnacional e integrado pela CEE. (p.343)

O enfoque nas questões da construção de uma cidadania europeia foi acolhido, em especial, pelo Tratado de Maastricht, também designado por Tratado da União Europeia, assinado em 1992, o qual consagrou, além dos direitos e deveres previstos no Tratado de constituição da Comunidade, um novo conjunto de direitos conferidos aos cidadãos dos Estados-membros: direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas e europeias; o direito de circulação e permanência dentro do território da União; o direito de protecção diplomática e consular em países terceiros e o direito de petição junto do Parlamento

---

<sup>12</sup> Em 1957, sob a égide do Tratado de Roma nascia a Comunidade Económica Europeia com intuitos de criar entre os Estados fundantes (França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo) uma união aduaneira. Posteriormente, a CEE evolui para formas de integração mais profundas (mercado comum e união económica) até abarcar a união política dos Estados-membros.

Europeu. O facto do conceito de cidadania europeia não substituir, mas antes completar e complementar as cidadanias nacionais, leva Gonçalves (*ibid.*) a falar numa cidadania transnacional porque matéria conceptualizada para além dos limites territoriais e da esfera de competência dos Estados-membros.

Na sequência do Conselho Europeu de Nice, em 2000, é assinada a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (União Europeia, s/d). Com base no legado da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, nas tradições constitucionais dos Estados Membros em matéria de direitos e liberdades fundamentais, na Carta Social Europeia do Conselho da Europa e na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores e outras convenções, o Conselho Europeu de Nice consagrou, em 7 de Dezembro de 2000, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a qual integra os direitos cívicos, políticos, sociais e económicos dos cidadãos europeus assim como dos residentes no território europeu da União. A consagração, num texto único, daquele que é considerado o património comum em termos de valores e de princípios fundamentais, filia-se no campo estrito do reconhecimento, pois a Carta Europeia, de acordo com o artº 51, não cria quaisquer novas atribuições ou competências para a União nem altera as competências e atribuições contidas nos Tratados.

Num processo-protótipo de antecipação das tendências globalizadoras, a União Europeia impôs-se como instância supranacional e como instância de cariz regulatório, deste modo, designada por Majone (1996) de Estado regulador (Regulatory State). Gonçalves (2001), ao reflectir sobre a importância da EU enquanto entidade reguladora, salienta a natureza diferenciada dos seus poderes face a outras organizações internacionais e aos próprios Estados-membros, designadamente em matéria de aplicação do direito comunitário. A EU constitui, deste modo, terreno profícuo para a análise dos processos de globalização em termos da perda de autonomia do poder dos Estados nacionais, relativamente a matérias do foro económico e político e à garantia dos direitos dos cidadãos. Não podemos, no entanto, perder de vista a advertência crítica de Fitoussi e Rosanvallon (1997):

mas não podemos esperar tudo da Europa. A Europa não é uma panaceia. Não vai só por si resolver a crise do Estado-Providência, dar remédio ao afrouxamento do laço cívico, recriar a coesão social (...). Para além de todas as simplificações, será somente se andarmos com as duas pernas - a construção europeia e a reconstrução do laço político - que poderemos avançar. (p.99)

Claramente distanciada do espartilho jurídico da nacionalidade e das fronteiras do Estado-Nação, a cidadania emancipa-se de uma concepção estática de cariz eminentemente

estatutária, para assumir cada vez maior flexibilidade e dinamismo ante os novos desafios colocados às democracias contemporâneas sendo frequentemente invocada como a travessa de um novo contrato social, capaz de reinstalar a inclusão e de reconciliar democraticamente o económico, o social e o político, o local e o global.

Com base nos trabalhos de Gutiérrez e Boff, Gadotti (2000) defende uma noção ampla de cidadania – a cidadania planetária -, expressão aglutinadora de princípios, valores, atitudes e acções assentes no reconhecimento e prática da planetaridade, enquanto visão unificadora do planeta e da sociedade mundial. Neste sentido, a construção da cidadania planetária impõe uma cidadania activa e plena no diálogo interactivo entre o global e o local com vista a um equilíbrio e convivência biocultural harmónicos entre os seres humanos e entre estes e a natureza<sup>13</sup>.

Santos (1998, 2000) apõe à natureza exclusivista do contrato social da modernidade um novo contrato social mais inclusivo que contempla, em novos moldes, o homem, os grupos sociais e a natureza<sup>14</sup>. Habermas (1997) vai mais longe ao advogar a substituição do modelo de contrato social pelo modelo da discussão ou da deliberação enquanto sustentáculo da comunidade jurídica referenciado à ideia de autodeterminação como fonte de legitimação das ordens jurídicas modernas. A autodeterminação implica que “os cidadãos se possam conceber, em todos os momentos, como os autores do direito ao qual são submetidos, como destinatários” (*ibid.*, p.479).

No quadro de uma postura crítica e, advogando uma “pedagogia da inclusão”, Freire (1993) concebe a cidadania nos liames da participação, da conscientização e da emancipação: “cidadania (...) tem que ver com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (p.45).

A constatação de que a “democracia não é um paraíso e nem será, de certeza, o fim da história” (Silva, 1998, p.8) impõe uma necessidade permanente de aprofundamento e consolidação da natureza pluridimensional da democracia patente no primado da lei, no princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania, na garantia e salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais, na responsabilização, na igualdade de oportunidades, no princípio da participação política activa e no *empowerment* dos cidadãos.

---

<sup>13</sup> Gadotti (2000) concebe a pedagogia da terra assente na ecopedagogia como movimento social e político que associa os direitos humanos aos direitos da terra, através da promoção da consciência planetária.

<sup>14</sup> A modernidade assentou num antagonismo dicotómico homem-natureza ao eleger como modelo de desenvolvimento a industrialização retrógrada de natureza. O paradigma da racionalidade instrumental da ciência e da técnica modernas naturalizou desequilíbrios e desigualdades em nome da expansão das lógicas economicistas.

Um novo conceito de cidadania se perfila nos anais políticos europeus aquando do repto lançado aos Estados membros do Conselho da Europa, a partir de 1997, para instituírem a cidadania democrática como prioridade das políticas nacionais.

E a propósito da expressão cidadania democrática, Silva (1998) esclarece a importância do pleonismo e ressalta a ligação intrínseca entre cidadania e o contexto democrático.

A formulação cidadania democrática constitui, talvez, um pleonismo. Quem poderá dar um único exemplo da actual cidadania fora do contexto democrático? Mas até a redundância prova ser útil: por um lado, faz-nos lembrar a reciprocidade entre o sistema socio-político que garante a liberdade individual, permite a participação e está comprometido com a equidade, e por outro lado, reporta-nos aos sentimentos e às práticas democráticas que reforçam e dão efectividade a normas e objectivos. (p.8)

As novas cidadanias integram “as relações sociais de obrigações e responsabilidade política e jurídica entre os indivíduos e o Estado, assim como a relação horizontal de responsabilização, solidariedade e obrigação mútuas entre cidadãos traduzidos pelas ideias-força de reciprocidade e participação” (Antunes, 1995, p. 192). A cidadania activa e inclusiva estrutura-se, pois, em torno de uma rede de direitos políticos, civis, sociais, económicos, culturais, ambientais<sup>15</sup>, etc., a que correspondem, concomitantemente, correlatas responsabilidades de participação e empenhamento activos dos indivíduos e dos grupos nas comunidades em que se inserem, quer estas sejam de âmbito local, regional ou mundial.

Roldão (1999) invoca a expressão cidadania *lato sensu* para significar “o modo de entender o todo social, de se relacionar com os outros e de assumir competências participativas e interventivas numa dada sociedade” (p.9), competências essas de largo espectro: relacionais, afectivas e comportamentais.

Esta *nouvelle approche* constitui o cerne da filosofia enformadora do projecto Educação para a Cidadania Democrática, desenvolvido no quadro do Conselho da Europa entre 1997 e 2001. Segundo este projecto, a educação para a cidadania democrática envolve um conjunto de práticas e actividades com o objectivo de apetrechar cabalmente os indivíduos para a participação activa na vida democrática através do exercício de direitos e assunção de responsabilidades (Bîrzea, 1996). A educação para a cidadania democrática é encarada, nestes termos, como um processo de aprendizagem na acção e pela acção, a desenvolver ao longo de

---

<sup>15</sup> Novos direitos associadas à preservação do ambiente, do património, à qualidade de vida decente, parecem ganhar cada vez mais consistência e sentido nos contextos da globalização.

toda a vida e abrangendo os mais variados contextos, quer formais, quer não-formais, quer informais.

As novas cidadanias propõem um cidadão emancipado dos liames estatutários apetrechado com competências, atitudes e acções em consonância com o paradigma dominante nas sociedades educativas actuais – a aprendizagem ao longo da vida e nos mais variados contextos de vida - formais, informais e não formais.

The term “citizen” does not merely imply a legal status within the political system; rather, it implies competencies, skills and capabilities that must be transmitted in a life long learning process. (Duerr *et al.*, 2000, p.7)

A consciência de que a educação para a cidadania deixa, doravante, de estar confinada ao contexto educativo, abrangendo, os mais variados registos da vivência do homem em sociedade, desde a vida familiar e local até aos espaços públicos nacional, europeu e global, constitui o cerne das novas linguagens discursivas do final do século XX.

No mesmo sentido também a Declaração de Budapeste sobre Educação para a Cidadania Democrática baseada nos Direitos e Responsabilidades dos Cidadãos, adoptada pelo Comité de Ministros em 7 de Maio de 1999, proclamou que a educação para a cidadania democrática,

- i) constitui uma experiência de aprendizagem e um processo de participação ao longo da vida, desenvolvido em diversos contextos: na família, nas instituições educativas, no local de trabalho, através de organizações profissionais, políticas e não governamentais, em comunidades locais e através de actividades culturais e de lazer, nos meios de comunicação social e através de actividades de protecção e promoção do ambiente natural e humano;
  - ii) dota os homens e mulheres dos meios necessários para uma participação activa e responsável na construção do seu próprio destino e do da sociedade;
  - iii) visa desenvolver uma cultura de direitos humanos que garanta o respeito pleno por esses direitos e a compreensão das responsabilidades daí decorrentes;
  - iv) prepara as pessoas para a vida numa sociedade multicultural e para lidar de forma sensível e tolerante com a diferença;
  - v) reforça a coesão social, a compreensão mútua e a solidariedade;
  - vi) deve abranger todos os grupos etários e todos os sectores de vida em sociedade.
- (Forrester e Carey, 2000, p.5)

Acção compósito-regenerativa da tessitura social, oxigenação dos processos de participação, responsabilização e envolvimento na mudança social e aprendizagem na *praxis* a

desenvolver ao longo da vida constituem os horizontes da linguagem das possibilidades apresentados pela cidadania democrática nos novos contextos da Aldeia Global.

Do exposto resulta ter a aliança educação-cidadania democrática alcançado, nos últimos anos, foros de protagonismo instalado nos discursos políticos internacional e nacional, apresentando-se como reduto fundamental de sobrevivência e desenvolvimento das democracias poliárquicas.

Porém, este projecto político e social, como temos vindo a constatar, construiu-se e reconstruiu-se, ao longo da trajecto da modernidade, em torno de lógicas reguladoras e emancipatórias, imprimindo às políticas educativas um singular e paradoxal rosto. Se, por um lado, crescem os apelos a uma cidadania regeneradora e reconstrutora da tessitura social, por outro lado, emergem semânticas discursivas que clamam pelos axiomas da competitividade e da qualidade e que, numa lógica neo-fordista, apelam ao cidadão-cliente, ao cidadão-consumidor e à responsabilização individual.

A uma visão consumista, murada e cooptada de cidadania, temos que apôr uma concepção ampla de cidadania, mais exigente, propulsora da criação de novos espaços de exercício e participação democráticos. A abertura a uma política cosmopolita, ao diálogo inter-transcultural, à hermenêutica dialógica e diatópica, à moblização e empowerment das subjectividades individuais e colectivas; à reinvenção dos espaços local, regional e global constituem os pressupostos e as possibilidades indispensáveis e urgentes na construção da democracia expansiva e participativa.

## **Referências bibliográficas**

- Antunes, Maria de Fátima (1995). Educação, Cidadania e Comunidade. Reflexões Sociológicas para uma Escola (Democrática) de Massas. *Revista Portuguesa De Educação*, 8 (1), 191-205.
- Bîrzea, César (1996). *Education for Democratic Citizenship: Consultating Meeting*. DECS/CIT (96) 1. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Bîrzea, César (2000). *Education for Democratic Citizenship: A Lifelong Learning Perspective*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Bobbio, Norberto (1988). *O futuro da democracia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Carneiro, Roberto (1997). Educação para a cidadania e cidades educadoras. *Brotéria*, 391-413.
- Cruz, M. Braga da (1998). Democracia e cidadania: o papel dos valores. *Educação e Sociedade*, Lisboa, nova série, nº 3, pp.37-48.

- Deloy, Yves (1994). *École et Citoyenneté. L'individualisme Republicain. De Jules Ferry à Vichy: Controverses*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Duerr, K.; Spagic-Vrkas, V. & Martins, I. F. (2000). *Strategies for Learning Democratic Citizenship*. Doc. Decs/Edu/Cit (2000) 16. Estarburgo: Conselho da Europa.
- Ellefsen, Hamel, Bjerk; Jacques & Wilkins, Maxime (1999). La citoyenneté et le droit de cité des jeunes. *Sociologie et Sociétés*, Vol. XXXI, 2, 89-99.
- Fitoussi, J. & Rosanvallon, P. (1997). *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.
- Forrester, Keith & Carey, Liam (2000). *Sites of citizenship: empowerment, participation and partnerships*. Doc. DECS/EDU/CIT(99) 62 def. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Gadotti, Moacir (2000). *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Petrópolis.
- Giddens, Anthony. (1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony. (1998). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gutierrez,
- Gonçalves, Maria Eduarda (2001). Europeização e direitos dos cidadãos. In B. S. Santos (Org.) (2001). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* (pp.339-366). Porto: Edições Afrontamento.
- Habermas, Jürgen (1993). *L'espace publique* (5ª Ed.). Paris: Editions Payot (ed. or., 1962).
- Hespanha, P. (1999). Novas Desigualdades, Novas Solidariedades e a Reforma do Estado: Enquadramento do tema e síntese das Comunicações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 67-78.
- Lima, Licínio (1996). Educação de adultos e construção da cidadania democrática: Para uma crítica do gerencialismo e da educação contabil. *Inovação*, 9, 283-297.
- Lyotard, J. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Majone, Giandomenico (1996). The rise of statutory regulation in Europe. In G. Manjone (org.). *Regulating Europe* (pp.61-79). Londres: Routledge.
- Manzini-Couvre, M. L. (1994). *O que é a cidadania?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- Neto, João Clemente de Souza (1997). Mutações da esfera pública. In Dulce Baptista et. al. *Cidadania e subjectividade* (pp.73-121). São Paulo: Editora Imaginário.
- Roldão, Maria do Céu (1999). Cidadania e Currículo. *Inovação*, 12, 9-26.
- Romão, José Eustáquio (2000). *Dialética da diferença: O Projecto da Escola Cidadã frente ao Projecto Pedagógico Neoliberal*. São Paulo: Cortez Editora.
- Rosenau, J. (Ed.). (1992). *Governance without government: order and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Santos, Boaventura Sousa (1994). *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

- Santos, Boaventura Sousa (1998). *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva / Fundação Mário Soares.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (Org.) (2001). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1998). *Democratic Citizenship: Achievements and Challenges*. Texto não publicado.
- Theriault, Joseph-Yvon (1999). La Citoyenneté: entre normativité et factuelité. *Sociologie et Sociétés*, Vol. XXXI, 2, 5-13.
- Torres, Carlos Alberto (1998). *Democracy, Education and Multiculturalism. Dilemmas of Citizenship in a Global World*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Torres, Carlos Alberto (2001). *Democracia, Educação e Multiculturalismo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Tschoumy, Jacques-André (1995). *Subida em força de uma Europa das cidadanias compostas. Novos caminhos para a cidadania na Europa e os valores da igualdade*. Setúbal: CIOE / ESE de Setúbal.
- União Europeia (s/d). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Luxemburgo: Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Waters, Malcohm (1999). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.